

EXPERIÊNCIAS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS ANOS 1990

INSTITUTIONAL EVALUATION EXPERIENCES IN BRAZILIAN UNIVERSITIES: THE SCIENTIFIC PRODUCTION OF THE 1990'S

EXPERIENCIAS DE EVALUACIÓN INSTITUCIONAL EN UNIVERSIDADES BRASILEÑAS: PRODUCCIÓN CIENTÍFICA DE LOS AÑOS 1990

Regilson Maciel Borges

<https://orcid.org/0000-0001-6115-364X>

Mary Ângela Teixeira Brandalise

<https://orcid.org/0000-0003-3674-5314>

Resumo: Este artigo teve como objetivo analisar a produção científica brasileira sobre as experiências de avaliação institucional publicadas em periódicos científicos na área da Educação ao longo da década de 1990. O texto é um recorte de parte de uma pesquisa de pós-doutoramento, de caráter bibliográfico, cujo objeto de investigação foi a revisão sistemática de literatura da produção científica sobre avaliação da Educação Superior no Brasil, no período de 1990 a 2019. O mapeamento das produções foi realizado no portal Educ@, da Fundação Carlos Chagas, e nos portais de periódicos institucionais, sendo utilizadas como descritores de busca as expressões: avaliação institucional, avaliação da educação superior e avaliação do ensino superior. Foram encontrados 415 artigos sobre a temática pesquisada, distribuídos em 32 periódicos da área, que foram classificados em 13 eixos temáticos. Desses artigos, 82 versam sobre experiências de avaliação institucional, dos quais 25 foram publicados na década de 1990, a qual ficou marcada como a década da avaliação no Brasil. A escolha da análise dos 25 artigos justifica-se pela relevância dessas publicações para o campo da avaliação na Educação Superior, em particular pela produção teórica oriunda das experiências pioneiras de avaliação institucional realizadas nas Instituições de Ensino Superior brasileiras. A análise empreendida traz: as concepções sobre avaliação institucional presente nos artigos; os procedimentos metodológicos adotados nos processos de avaliação; as resistências encontradas no desenvolvimento das avaliações e as tentativas de criação de uma cultura de avaliação; as principais referências que fundamentaram os artigos analisados.

Palavras-chave: Avaliação Institucional. Educação Superior. Universidade. Análise bibliográfica.

Abstract: This paper aimed to analyze the Brazilian scientific production on the institutional evaluation experiences published in scientific journals in the area of Education throughout the 1990s. The text is a cutoff of a postdoctoral research, of bibliographic character, whose object of investigation was the systematic literature

Experiências de avaliação institucional...

review of the scientific production on the evaluation of Higher Education in Brazil, from 1990 to 2019. The mapping of productions was carried out at the Educ@ portal, which belongs to the Carlos Chagas Foundation, and in the portals of institutional journals, being used as search descriptors the following expressions in Portuguese: *avaliação institucional* [institutional evaluation], *avaliação da educação superior* [higher education evaluation] e *avaliação do ensino superior* [higher education evaluation]. It was found 415 articles on the researched theme, distributed in 32 journals in the area, which were classified into 13 thematic axes. Of these articles, 82 deal with institutional evaluation experiences, of which 25 were published in the 1990s, which was marked as the decade of evaluation in Brazil. The choice of the analysis of the 25 articles is justified by the relevance of these publications to the field of evaluation in Higher Education, in particular by theoretical production from the pioneering experiences of institutional evaluation carried out in the Brazilian Higher Education institutions. The analysis undertaken brings: the conceptions on institutional evaluation present in the articles; the methodological procedures adopted in the evaluation processes; the resistances found in the development of the evaluations and the attempts to create an evaluation culture; the main references that underlie the analyzed articles.

Keywords: Institutional Evaluation. Higher education. University. Bibliographic analysis.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar la producción científica brasileña sobre las experiencias de evaluación institucional publicadas en revistas científicas en el área de la Educación a lo largo de la década de 1990. El texto es un recorte de parte de una investigación de pos doctorado con carácter bibliográfico, cuyo objeto de investigación fue la revisión sistemática de literatura de la producción científica sobre la evaluación de la Educación Superior en Brasil, de 1990 a 2019. El mapeo de las producciones fue realizado en el portal Educ@, de la Fundación Carlos Chagas, y en los portales de revistas institucionales, siendo utilizadas como descriptores de búsqueda las expresiones en Portugués: *avaliação institucional* [evaluación institucional], *avaliação da educação superior* [evaluación de la educación superior] y *avaliação do ensino superior* [evaluación de la educación superior]. Fueron encontrados 415 artículos sobre la temática investigada, distribuidos en 32 revistas del área, que fueron clasificados en 13 ejes temáticos. De esos artículos, 82 tratan sobre experiencias de evaluación institucional, de los cuales 25 fueron publicados en la década de 1990, que fue marcada como la década de la evaluación en Brasil. La elección del análisis de los 25 artículos se justifica por la relevancia de estas publicaciones para el campo de la evaluación en la Educación Superior, en particular por la producción teórica proveniente de las experiencias pioneras de evaluación institucional realizadas en Instituciones de Educación Superior brasileñas. El análisis emprendido trae: las concepciones sobre evaluación institucional presente en los artículos; los procedimientos metodológicos adoptados en los procesos de evaluación; las resistencias encontradas en el desarrollo de las evaluaciones y los intentos de creación de una cultura de evaluación; las principales referencias que fundamentaron los artículos analizados.

Palabras clave: Evaluación Institucional. Educación Superior. Universidad. Análisis bibliográfico.

INTRODUÇÃO

Este artigo insere-se no campo das políticas de avaliação, o qual vem se consolidando no Brasil desde os anos de 1990, resultado da centralidade que a avaliação adquiriu nas políticas educacionais daquele período, tanto para a Educação Básica, caso do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), em 1990, e do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em 1998, quanto para a Educação Superior, caso do Programa de Avaliação Institucional da Universidade Brasileira (Paiub), em 1993, e do Exame Nacional dos Cursos (ENC-Provão), em 1995.

Naquele período, a temática da Avaliação Institucional da Educação Superior ganhou notoriedade no país, associada principalmente às questões da autonomia e da qualidade da educação, pautas que eram de interesse do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem) e dos Fóruns de Pró-Reitores de Graduação e Planejamento (DIAS SOBRINHO; BALZAN, 1995; RISTOFF, 1995).

Para Dias Sobrinho e Balzan (1995, p. 8), dois foram os principais aspectos resultantes desses debates: o primeiro foi o fortalecimento da “[...] orientação que concebe a avaliação como instrumento de melhoria e de construção da qualidade acadêmica e científica”; e o segundo foi a consolidação “[...] sobre princípios e as estratégias e, sobretudo, desenvolver os processos de avaliação institucional”.

No entanto, convém ressaltar que a necessidade da avaliação institucional das universidades brasileiras começou a ser delineada no início dos anos de 1980, quando a questão da avaliação passou a chamar atenção da comunidade científica, dos movimentos docentes e das agências governamentais ligadas à Educação Superior. Dias Sobrinho e Balzan (1995) apontam dois principais motivos da necessidade da avaliação institucional que emergiram no período: o cumprimento do princípio de prestação de contas à sociedade; e o fortalecimento das instituições públicas ante as contínuas ameaças de privatização. Na década dos anos de 1980, três propostas, de curta vigência, foram implementadas: o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (Paru), em 1983; o Relatório da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNRES), em 1985; e o Grupo de Estudos da Reforma da Educação Superior (Geres), em 1986 (BARREYRO; ROTHEN, 2011; DIAS SOBRINHO, 2003).

Entretanto, foi somente a partir da década dos anos de 1990 que a avaliação institucional da Educação Superior adquiriu um caráter mais sistemático e contínuo, com as iniciativas implementadas pelo Paiub, de 1993 a 1995, e depois pelo ENC-Provão. A respeito do Paiub, Leite (2005, p. 23) ressalta que foi “[...] o primeiro contato das IES [Instituições de Ensino Superior] nacionais com um procedimento institucional nacional de avaliação”: o programa estabelecia três fases centrais para o processo a ser desenvolvido em cada Universidade, a avaliação interna, a avaliação externa e a reavaliação. Quanto ao ENC-Provão, Dias Sobrinho (2010, p. 203) destaca que foi “[...] gradualmente efetivado como o instrumento central da avaliação da Educação Superior brasileira a partir de 1996, vigorando até 2003”: tratava-se de um exame de amplitude nacional, que era aplicado a estudantes concluintes de áreas pré-selecionadas pelo Ministério da Educação (MEC).

Cabe ressaltar que essas políticas oficiais de avaliação da Educação Superior foram precedidas por algumas experiências de avaliação institucional desenvolvidas no interior de algumas universidades brasileiras, caso das práticas avaliativas realizadas pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pela Universidade Federal de Santa Catarina

(UFSC), pela Universidade de Brasília (UnB) e pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)¹. Dias Sobrinho e Barzan (1995, p. 8) mencionam que essas iniciativas tiveram o mérito “[...] não só da produção de uma significativa massa crítica na área, mas também de definirem a titularidade da avaliação”. Tais práticas de avaliação se encontram reunidas no livro organizado por Balzan e Dias Sobrinho, sob o título *Avaliação Institucional: teoria e experiências*, publicado pela primeira vez pela Cortez Editora, em 1995. Nele, estão reunidas “[...] as primeiras reflexões sistemáticas sobre processos concretos de avaliação institucional” (DIAS SOBRINHO; BALZAN, 1995, p. 9) nas universidades, o que, segundo seus organizadores, reflete o pioneirismo da obra nas discussões sobre o tema.

Na obra, a avaliação institucional é concebida como “[...] um empreendimento sistemático que busca a compreensão global da Universidade, pelo reconhecimento e pela integração de suas diversas dimensões” (BALZAN; DIAS SOBRINHO, 1995, p. 9). Igualmente, Belloni (1999, p. 38) refere-se à avaliação institucional como “[...] análise do desempenho global da instituição, considerando todos os fatores envolvidos, em face dos objetivos ou missão da instituição, no contexto social, econômico, político e cultural no qual está inserida”. Dias Sobrinho (2000, p. 103), por sua vez, salienta que “[...] a avaliação institucional não é a soma de pequenas análises isoladas ou justaposição de avaliações episódicas e pontuais”, mas se trata de “[...] uma ação global, não apenas relativamente ao objeto, que é a universidade [...], mas também quanto ao sujeito, que é coletivo, potencialmente todo o universo de docentes, estudantes e servidores [...]”.

No sentido apresentado, entende-se que a avaliação institucional vai além de práticas avaliativas pontuais e fragmentadas, pois não se trata apenas de uma tarefa técnico-burocrática que é exigida por lei (SAUL, 1990), tampouco se resume em medidas de punição ou premiação para os atores institucionais que fazem a Universidade. O objetivo da avaliação institucional é, portanto, o aperfeiçoamento das instituições, buscando, assim, a melhoria de qualidade da Universidade (DIAS SOBRINHO; BALZAN, 1995), por meio da identificação dos fatores responsáveis pelo bom andamento e pelas dificuldades, visando sua superação (BELLONI, 1999).

A partir desse cenário, o presente estudo objetivou analisar a produção científica brasileira sobre as experiências de avaliação institucional publicada em periódicos científicos na área da Educação ao longo da década de 1990. Com isso, busca-se compreender

¹ A Revista Educação Superior y Sociedad (ESS), editada pelo Instituto Internacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), publicou, em 1994, um número especial sobre Avaliação Institucional no Brasil, no qual constam as experiências desenvolvidas pela UnB, pela Unicamp, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pela UFSC, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pela PUC-Campinas Ver o número em: <https://www.iesalc.unesco.org/ess/index.php/ess3/issue/view/28/30>. Acesso em: 5 jun. 2022.

o desenvolvimento da avaliação institucional no cenário da Educação Superior no Brasil a partir das experiências de avaliação desenvolvidas em universidades naquele período.

O artigo está organizado em três seções além desta introdução e das considerações finais. Na sequência, descreve-se a metodologia da pesquisa com a indicação do percurso e dos procedimentos de análise. Em seguida, apresenta-se o mapeamento da produção científica sobre experiências institucionais de avaliação produzidas no período de 1990 a 2019. Por fim, destacam-se as concepções de avaliação, os procedimentos de avaliação adotados, as resistências e a cultura de avaliação e as referências que fundamentaram os estudos que abordaram as experiências institucionais publicadas na década de 1990.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa de abordagem qualitativa foi realizada no âmbito de um pós-doutoramento, tendo como procedimentos de coleta de dados a pesquisa bibliográfica, entendida como “[...] um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 158).

O levantamento bibliográfico foi realizado na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), no Educ@ Publicações Online de Educação, da Fundação Carlos Chagas (FCC), e nos portais de periódicos institucionais, sendo utilizadas como descritores de busca as expressões: avaliação institucional, avaliação da educação superior e avaliação do ensino superior. Foram encontrados 415 artigos sobre a temática pesquisada, publicados no período de 1990 a 2019, distribuídos em 32 periódicos da área da Educação.

Os artigos foram classificados nos seguintes eixos temáticos: 1. Experiências institucionais de avaliação (82 artigos); 2. Histórico da avaliação da Educação Superior no Brasil (59 artigos); 3. Considerações teóricas sobre a avaliação da Educação Superior (65 artigos); 4. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) (60 artigos); 5. Avaliação de curso (27 artigos); 6. Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) (19 artigos); 7. ENC-Provão (26 artigos); 8. Avaliação do desempenho docente (20 artigos); 9. Sugestões para avaliação da Educação Superior (18 artigos); 10. Paiub (13 artigos); 11. Avaliação da extensão (sete artigos); 12. Meta-avaliação (sete artigos); 13. Outros assuntos (12 artigos). Para fins deste texto, serão analisados, mais a frente, apenas os artigos que compõem o eixo temático “Experiências institucionais de avaliação”, por tratar-se de um tema diretamente relacionado à discussão em tela.

Após a identificação dos 415 artigos que discutem avaliação da Educação Superior e sua classificação nos 13 eixos temáticos anteriormente apresentados, o passo seguinte foi a organização de banco de dados a partir do *download* de cada um dos artigos em *Portable Document Format* (PDF), sendo estes separados em pastas que continham o título de cada um dos 32 periódicos científicos nos quais foram publicados os artigos, os quais fo-

ram salvos pelos anos de publicação e sobrenome dos autores. Posteriormente, os artigos foram catalogados segundo o ano de publicação, os periódicos, a editoração do periódico, as Instituições de Ensino Superior (IES) retratadas na produção, a autoria do artigo e a organização administrativa das IES.

Em seguida, procedeu-se com a análise e a interpretação dos dados, etapa que é considerada o “núcleo central da pesquisa” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 167). Neste artigo, destaca-se o mapeamento da produção científica dos 82 artigos que compõem o eixo temático “Experiências institucionais de avaliação”, e a análise de conteúdo de 25 artigos que foram publicados ao longo da década de 1990. Na análise de conteúdo (BARDIN, 1995), buscou-se evidenciar: as concepções sobre avaliação institucional; os procedimentos metodológicos adotados nos processos de avaliação; as resistências aos processos avaliativos e a tentativa da criação de uma cultura de avaliação; e as principais fontes de referência que fundamentaram os artigos analisados.

MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE EXPERIÊNCIAS INSTITUCIONAIS DE AVALIAÇÃO – 1990-2019

Nesta seção, é apresentado o mapeamento das produções publicadas em periódicos científicos que retratam “Experiências institucionais de avaliação” que foram produzidas no período de 1990 a 2019. Conforme pontuado na metodologia, trata-se do eixo temático que concentrou a maior parte dos artigos selecionados na pesquisa bibliográfica, configurando um total de 82 (19,7%) artigos dos 415 que discutem Avaliação Institucional da Educação Superior. Os artigos foram publicados em 12 periódicos da área da Educação, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição dos artigos segundo periódico, editora e quantidade de artigos (1990-2019)

Periódico	Editora ²	Quantidade de artigos
Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior	Unicamp/Uniso	48
Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	Fundação Cesgranrio	9
Meta: Avaliação	Fundação Cesgranrio	6
Pro-Posições	Unicamp	6
Estudos em Avaliação Educacional	Fundação Carlos Chagas	5
Educação: Teoria e Prática	Unesp/Campus Rio Claro	2
Diálogo Educacional	PUCPR	1
Linhas Críticas	Universidade de Brasília	1

2 As siglas ainda não apresentadas neste texto correspondem à Universidade de Sorocaba (Uniso), à Universidade Estadual Paulista (Unesp), à Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), à Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	Inep	1
Revista de Educação PUC-Campinas	PUC-Campinas	1
Revista de Educação Pública	UFMT	1
Revista Educação em Questão	UFRN	1
Total		82

Fonte: Os autores (2020).

Na Tabela 1, observa-se que a maioria dos artigos foi publicada na revista Avaliação, editada pela Unicamp e pela Uniso. A revista Avaliação foi criada, no ano de 1996, pela Rede de Avaliação Institucional da Universidade Brasileira (Raies), entidade que reunia pesquisadores que integravam o Paiub e sentiam que o Programa vinha sendo ignorado pelo governo da época, assim “[...] a Revista teria dupla função: de constituir o campo teórico da avaliação da educação superior, bem como, de ser um instrumento de resistência e de defesa do PAIUB” (ROTHEN; BARREYRO, 2011, p. 271). Na sua criação, a revista teve como editores os professores José Dias Sobrinho, Dildo Ristoff, Denise Leite, Newton Barzan, dentre outros pesquisadores que se identificavam com as ideias do Paiub (PALHARINI, 2003), e que mais tarde vieram a se constituir como referência para as discussões sobre avaliação da Educação Superior.

A respeito da organização administrativa da natureza jurídica das IES que foram listadas nos artigos selecionados na pesquisa no eixo “Experiências institucionais de avaliação”, sejam instituições públicas (federais, estaduais ou municipais), sejam privadas (com fins lucrativos ou sem fins lucrativos), a Tabela 2 a seguir distribui os textos conforme a categoria administrativa.

Tabela 2 – Distribuição dos artigos segundo organização administrativa

Organização administrativa	IES	Quantidade de IES
Pessoa jurídica de direito público – federal	Universidade Federal do Ceará (UFC)/Universidade de Brasília (UnB)/Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)/Universidade Federal de Goiás (UFG)/Universidade Federal da Paraíba (UFPB)/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)/Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)/Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)/Universidade Federal do Paraná (UFPR)/Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG)/Universidade Federal Fluminense (UFF)/Universidade Federal do Acre (Ufac)/Universidade Federal do Rio Grande (Furg)/Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)/Universidade Federal da Bahia (UFBA)/Universidade Federal de Viçosa (UFV)/Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)/Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UFTPR)/Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).	20

Tabela 2 – Distribuição dos artigos segundo organização administrativa

Organização administrativa	IES	Quantidade de IES
Privada sem fins lucrativos	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí)/Universidade São Francisco (USF)/Universidade Católica de Pernambuco (Unicap)/Universidade Católica de Santos (UniSantos)/Universidade Católica de Brasília (UCB)/Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul)/Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)/Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep)/Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)/Universidade Nilton Lins (Uninilton Lins)/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)/Universidade de Passo Fundo (UPF)/Universidade Católica do Salvador (UCSal)/Centro Universitário Metodista IPA/Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (Comung)/Centro Universitário/Universidade de Uberaba (Uniube)/Universidade Sagrado Coração (USC)/Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica)/Faculdades do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).	20
Pessoa jurídica de direito público – estadual	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)/Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)/Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)/Universidade Estadual de Santa Catarina (Udesc)/Universidade Estadual do Ceará (Uece)/Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc)/Universidade Estadual de Goiás (UEG)/Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)/Universidade Regional do Cariri (Urca)/Universidade do Estado da Bahia (Uneb)/Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	11
Privada com fins lucrativos	Universidade Estácio de Sá (Unesa)/Centro Universitário Newton Paiva (Newton)/Universidade Veiga de Almeida (UVA).	3
Pessoa jurídica de direito público – municipal	Universidade Regional de Blumenau (Furb)	1
Sem definição	Faculdades Privadas de Salvador	1
	Total	56 ³

Fonte: Os autores (2020).

Na Tabela 2, observa-se que os artigos retratam as experiências de avaliação das Instituições distribuídas em 20 IES públicas federais; 11 instituições públicas estaduais; e uma instituição municipal. No caso das IES privadas, as sem fins lucrativos totalizaram 20 instituições, enquanto as instituições com fins lucrativos perfizeram três instituições. Em um artigo não foi informado o *status* das faculdades pesquisadas, apenas que se tratava de 14 faculdades privadas.

3 Note-se que o total de 56 Instituições indicadas ao final desta tabela é inferior à quantidade de 82 artigos classificados no eixo “Experiências institucionais de avaliação” devido a uma mesma IES aparecer em mais de um artigo.

Quanto à distribuição temporal de publicação dos 82 artigos que compõem o eixo temático “Experiências institucionais de avaliação”, segundo o ano de publicação, verifica-se que: no período de 1990 a 1999, foram publicados 25 artigos; de 2000 a 2009, foram publicados 30 artigos; e de 2010 a 2019, foram publicados 27 artigos. Ressalta-se novamente que, neste artigo, a análise se concentra na produção publicada nos anos de 1990, considerando que as experiências daquele período apresentam “[...] contribuições importantes para a construção de teoria, discutindo fundamentos, princípios e questões metodológicas [...] bastante representativas” (DIAS SOBRINHO; BALZAN, 1995, p. 9).

Com relação à distribuição dos 25 artigos que foram publicados na década de 1990 sobre “Experiências institucionais de avaliação” e seus respectivos casos retratados, a Tabela 3 destaca os estudos e seus autores a partir do maior número de ocorrência de artigos sobre um mesmo caso.

Tabela 3 – Distribuição dos artigos segundo a experiência institucional de avaliação retratada

Experiência de Avaliação Institucional	Autoria	Quantidade de artigos
Unicamp	Balzan (1994) Dias Sobrinho (1995) Vogt (1996)	3
UnB	Bareicha et al. (1997) Kipnis (1990) Trigueiro (1995)	3
UFSC	Bazzo e Moretti (1997) Moretti (1995) Ristoff (1996)	3
UFRJ	Bielschowski (1996) Marinho (1996)	2
UFG	Loureiro, Faleiro e Almeida (1996)	1
Unesp	Marini (1998)	1
UFPB	Azevêdo et al. (1996)	1
UFRGS	Leite (1996)	1
Unijuí	Lopes e Silva (1998)	1
UFPE	Souza (1995)	1
UEPG	Both (1997)	1
Udesc	Heizen <i>et al.</i> (1997)	1
UniSantos	Martins <i>et al.</i> (1999)	1
Unisul	Carvalho <i>et al.</i> (1999)	1
Uece	Frota (1999)	1
Uesc	Gasparetto (1999)	1
USF	Marques e Keim (1995)	1
Unicap	Bizerra, Carvalho e Galindo (1995)	1
Total		25

Fonte: Os autores (2020).

Na Tabela 3, nota-se que quatro instituições tiveram seus processos de avaliação apresentados em mais de duas publicações: três artigos expuseram as avaliações realizadas na Unicamp, na UnB e na UFSC; e um artigo trata da avaliação desenvolvida na UFRJ. Cabe destacar que os processos de avaliação desenvolvidos por essas instituições, nos anos de 1990, são reconhecidos por apresentarem “[...] princípios como a democratização do processo e a participação da comunidade como fundamentais para o processo avaliativo [...]” (MAGALHÃES; RODRIGUES, 2019, p. 484).

EXPERIÊNCIAS INSTITUCIONAIS DE AVALIAÇÃO DESENVOLVIDAS POR UNIVERSIDADES BRASILEIRAS NOS ANOS DE 1990

Nesta seção, discutem-se as produções científicas que traduzem experiências de avaliação institucional desenvolvidas no interior de 18 universidades brasileiras nos anos de 1990. Segundo Dias Sobrinho e Balzan (1995, p. 8), essas primeiras experiências de avaliação institucional “[...] serviram de inspiração e cimento da construção [...] de um modelo de avaliação de instituições de ensino superior, de âmbito nacional”. Leite (2005, p. 23) destaca, ainda, que as “[...] universidades públicas anteciparam-se ao Estado para propor avaliações não reguladoras, menos conservadoras do que aquelas conhecidas [...]”.

Nas produções selecionadas para análise, circunscrevem-se aquelas experiências institucionais de avaliação que são apresentadas nos 25 artigos publicados no período de 1990 a 1999, considerando que, ao longo da década de 1990, os processos de avaliação que foram construídos pelas instituições “[...] contribuem significativamente para assegurar que a avaliação institucional continue sendo um capital cultural inalienável das Universidades” (DIAS SOBRINHO; BALZAN, 1995, p. 9). Além disso, a referida década ficou marcada como “a década da avaliação” no Brasil, dada “[...] a importância da avaliação como estratégia de monitoramento das reformas empreendidas pelo governo [...]” da época (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 74).

Dias Sobrinho e Balzan (1995, p. 9) ressaltam que as iniciativas de avaliação praticadas pelas Instituições no início dos anos de 1990 resultam de um movimento em que “[...] a comunidade acadêmica, em processos intersubjetivos define os critérios, os objetos, as finalidades, as estratégias, bem como praticamente realizar a avaliação”.

A partir da relevância das experiências de avaliação institucional realizadas e em diferentes IES e das produções acadêmicas que delas se originaram, a análise aqui realizada buscou evidenciar: a) as concepções sobre avaliação institucional presentes nas produções analisadas; b) os procedimentos metodológicos adotados nos processos de avaliação conduzidos pelas IES; c) as resistências encontradas no desenvolvimento das avaliações e as tentativas de criação de uma cultura de avaliação; e d) as principais referências que fundamentaram os artigos analisados.

- **Concepções sobre avaliação institucional presentes nas produções analisadas**

Nesta categoria, as produções analisadas destacam concepções que entendem a avaliação como processo, relacionada à qualidade, ao compromisso coletivo, com funções formativa e diagnóstica, como autorreflexão, como processo institucional e orientador das ações avaliativas no interior das IES.

Um elemento característico da avaliação destacada nos estudos foi a sua dimensão processual. Dias Sobrinho (1995, p. 51), ao retratar a avaliação da Unicamp, destaca que “[...] a avaliação institucional é um processo de julgamento de valor sistemático a respeito do desenvolvimento de todas as dimensões de uma instituição”. Nessa mesma perspectiva, Both (1997, p. 34), ao tratar da UEPG, ressalta que “[...] a avaliação institucional – assim como o ensino-aprendizagem – necessita ser conduzida como processo”, pois, a avaliação “[...] não se caracteriza nem como agente punitivo, nem premiativo, mas também não representa neutralidade. É ela uma questão de maturidade institucional e de responsabilidade para com a qualidade” (BOTH, 1997, p. 35). Igualmente, Carvalho *et al.* (1999, p. 67), ao discutirem a avaliação da Unisul, apontam a avaliação institucional “[...] como um processo contínuo de aperfeiçoamento das ações desenvolvidas pela universidade na busca de qualidade de seus serviços de ensino, pesquisa, extensão e gestão”.

Outra característica presente nos estudos foi a dimensão da avaliação e sua relação com a questão da qualidade. Marques e Keim (1995, p. 93-94), ao retratarem a avaliação da USF, mencionam que, no processo avaliativo, “[...] o que se pretende é identificar prioridades, estabelecer metas circunscritas e discutir processos e procedimentos que viabilizam a melhoria da qualidade”. A questão da qualidade é também apontada por Both (1996, p. 35), ao destacar que “[...] avaliação, processo e qualidade são um trinômio de garantia inadiável para o sucesso de uma Instituição de Ensino Superior, quando plenamente interagentes”, pois, segundo o autor, “[...] a avaliação institucional representa um compromisso da Universidade com a qualidade, não apenas acadêmica, mas igualmente social e cultural e responde às expectativas da comunidade universitária de aprimorar o seu desempenho nos níveis interno e externo”.

Heizen *et al.* (1997, p. 20), ao tratarem da avaliação da Udesc, afirmam que a avaliação institucional “[...] é uma das estratégias para averiguar, salvaguardar/aprimorar a Qualidade do projeto de ação pedagógica da Universidade”. Da mesma forma, Gasparetto (1999, p. 73), quando discute a avaliação da Uesc, menciona que a avaliação institucional “[...] é um processo, sem fim, de busca da qualidade do fazer universitário e pressupõe e exige predisposição à mudança”, por isso é “[...] impensável concebê-la dissociada da mudança, mais do que isso, de uma cultura da mudança”.

Alguns estudos destacaram a necessidade do envolvimento coletivo de todos no processo avaliativo. Kipnis (1990, p. 8), ao tratar da avaliação da UnB, concebe a avaliação institucional como “[...] um amplo projeto de pesquisa dentro da universidade, conduzido

por professores/pesquisadores que encaminham o processo e realizam constantes análises sobre o desenvolvimento da metodologia”. O caráter coletivo da avaliação é assinalado por Bizerra, Carvalho e Galindo (1995, p. 396), ao discutirem a avaliação da Unicap, ressaltando que “[...] a avaliação, baseada no trabalho coletivo, levará necessariamente à explicitação das contradições que serão objeto de um processo de discussão/negociação, tendo por finalidade a recreação desses princípios norteadores”. Leite (1996, p. 33), ao relatar a avaliação da UFRGS, destaca que a avaliação se torna “[...] instrumento de democratização quando pensada e executada como projeto coletivo que torne socialmente visíveis as ações de ensino, pesquisa e extensão da Universidade relacionadas a suas formas de gestão [...]”.

Com base nesses pressupostos participativos, Marques e Keim (1995, p. 94) apontam a necessidade da avaliação “[...] conquistar, cada vez mais, a confiança de todos os envolvidos nesse processo de forma que ela se torne parte inseparável e insubstituível das relações pedagógico-didáticas e administrativas”. Gasparetto (1999, p. 73) destaca que a avaliação “[...] pressupõe o envolvimento e a disposição de cada ator-sujeito em buscar patamares superiores de qualidade e de relevância de seu fazer”. Para Frota (1999, p. 34), quando retrata a avaliação da Uece, afirma que “[...] avaliar implica um procedimento tecnicamente competente e legitimado pelos que fazem a instituição”, isso implica que “[...] seus princípios, conceitos e indicadores terão que ser claros e aceitos pela comunidade”. Marini (1998, p. 18), ao tratar da avaliação da Unesp, chama atenção que a avaliação é um trabalho coletivo que envolve “[...] diferentes segmentos da universidade num processo de relações democráticas”.

As funções formativa e diagnóstica da avaliação também foram pontuadas em alguns estudos como características da avaliação institucional. Dias Sobrinho (1995, p. 51) destaca a função formativa da avaliação ao mencionar que se trata de “[...] um processo basicamente pedagógico, de orientação muito mais formativa que somativa”. Segundo o autor, a “[...] avaliação institucional, enquanto processo formativo, ultrapassa largamente a mera medida da adequação dos meios aos fins. Mais do que aspectos técnicos: a formação humana situa-se num terreno muito mais amplo e incerto, complexo e variável, da moral e da política” (DIAS SOBRINHO, 1995, p. 52). A função diagnóstica da avaliação também foi mencionada por Marques e Keim (1995, p. 93-94), ao salientarem que “[...] o significado da avaliação como diagnóstico da realidade, em que serão possíveis ações condizentes com a complexidade das múltiplas relações que constituem o universo acadêmico”, e Bizerra, Carvalho e Galindo (1995, p. 395), que entendem que a avaliação “[...] deve ocupar-se com o diagnóstico dos principais problemas e o fornecimento de elementos para a tomada de decisões que conduzam às mudanças e transformações necessárias”.

A compreensão da avaliação institucional como processo de autorreflexão, de autoavaliação, constituiu-se na preocupação de alguns autores quando trataram dos processos de avaliação. A esse respeito, Heizen *et al.* (1997, p. 20) mencionam que “[...] a avaliação

é todo o processo que a Universidade empreende na direção da auto-reflexão sobre suas finalidades, seus processos e seus resultados”. Segundo esses autores, esse processo trata de “[...] um voltar-se para si mesmo, com um olhar também longe para vislumbrar o efeito, a consequência do quanto, do quando, do que, do como, do porquê, do para quê se está fazendo universidade” (HEIZEN *et al.*, 1997, p. 20). Martins *et al.* (1997, p. 66), ao apresentarem a avaliação da UniSantos, apontam que “[...] a auto-avaliação significa o fortalecimento da autonomia universitária”. Marini (1998, p. 19) afirma que uma das características da avaliação é “[...] sua capacidade de alimentar um processo de autoconsciência e de definição da identidade institucional”.

Outra característica da avaliação, quando assumida como processo institucional, é seu caráter contínuo, orientador e de mudança. Moretti (1995, p. 56), ao tratar da avaliação da UFSC, aponta que “[...] a continuidade da avaliação, a possibilidade de que ela faça parte da instituição como uma atividade inerente a um cenário que requer revisão constante, sem o caráter de controle ou punição”. Bielschowski (1996, p. 31), ao discutir a avaliação da UFRJ, menciona que “[...] avaliar se caracteriza como uma ação que orienta os caminhos que um programa e uma Instituição devem seguir”, assim como “[...] estimula seus participantes a segui-los, gerando e preservando o seu compromisso de assim proceder”. Gasparetto (1999, p. 73) entende que a avaliação corresponde a “[...] um processo de mudança e de melhoria lento, gradual, com avanços e retrocessos, de não acomodação, de compromisso com o futuro”. Na perspectiva da mudança, Both (1997, p. 33-34) pontua que a avaliação contribui para que a IES reflita “[...] sobre o seu papel na sociedade como promotora e socializadora do saber capaz de compreender e de modificar a realidade”.

Por fim, alguns estudos destacam orientações das ações avaliativas no interior das IES. Bielschowski (1996, p. 29) defende que a avaliação “[...] deve estimular a flexibilidade e a adaptação por um lado e, ao mesmo tempo, por outro lado, desafiar e provocar as transformações, sobretudo naqueles [...] que se agarram à estabilidade para não crescer”. Souza (1995), ao tratar da avaliação da UFPE, ressalta que cabe à avaliação:

Melhorar a qualidade das decisões, aumentar as chances de se atingir os objetivos, enriquecer o conhecimento sobre a instituição, facilitar o processo de redirecionamento dos objetivos, prestar contas à sociedade, caracterizar melhor os aspectos positivos e negativos da instituição, identificar as diversas interrelações entre os fatores relevantes, orientar o MEC na distribuição do orçamento, evidenciar potencialidades. (SOUZA, 1995, p. 82).

Para Dias Sobrinho (1995, p. 52), a avaliação institucional “[...] deve promover uma imersão consciente nas dinâmicas da rotina universitária portadora de uma grande diversidade de valores e afirmações políticas, de preferências pessoais diferenciadas e escolhas coletivas”. Carvalho *et al.* (1999, p. 67) pontuam que a avaliação deve “[...] oportunizar

reflexões críticas e encetar novos propósitos e objetivos sempre que necessários para a maximização crescente dos seus pontos positivos e a minimização dos pontos negativos”.

- **Procedimentos metodológicos adotados nos processos de avaliação conduzidos pelas IES**

Nesta categoria, sobre os procedimentos adotados na avaliação institucional, destaca-se, inicialmente, a quem coube a condução dos processos de avaliação relatados nos artigos analisados. Na UnB, Kipnis (1990, p. 8) ressalta que, desde 1986, período em que a universidade começou seus processos de avaliação institucional, a figura do avaliador não existia, o que se tinha eram “[...] pessoas (pesquisadores) dedicados à discussão do tema e que sugerem uma metodologia de avaliação a partir de informações propiciadas por outros agentes envolvidos em cada setor da Universidade”. No caso da avaliação da UFPE, os cuidados da avaliação ficaram por conta do Laboratório de Qualidade e Avaliação de Sistemas (LQAS) (SOUZA, 1995). Na Unicamp, as discussões foram conduzidas pelas Comissões Centrais de Graduação e de Pós-Graduação (DIAS SOBRINHO, 1995).

A avaliação da UnB era realizada pelo Centro de Avaliação Institucional (CAI) (TRIGUEIRO, 1995). A avaliação da USF ficou sob responsabilidade do Departamento de Avaliação, vinculado à Divisão de Gestão de Qualidade, segundo Marques e Keim (1995). No caso da avaliação da UFPB, a avaliação foi conduzida pela Comissão Permanente de Melhoria do Ensino (CPME) (AZEVEDO *et al.*, 1996). A avaliação da UFRGS foi conduzida pelos Núcleos de Avaliação das Unidades (NAU) (LEITE, 1996).

Na UEPG, o processo ficou sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) e com uma equipe que incluía os diferentes segmentos da comunidade universitária (professores, alunos e funcionários) (BOTH, 1997). Na UniSantos, a avaliação foi implementada pelo Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP), órgão assessor da Vice-Reitoria Acadêmica da Universidade (MARTINS *et al.*, 1997). Na Unijuí, o processo foi conduzido pela Comissão de Avaliação, “[...] que exercia o papel de coordenadora e não executora do processo” (LOPES; SILVA, 1998, p. 48).

Na Unisul, conforme Carvalho *et al.* (1999), a avaliação ficou a cargo da Comissão de Avaliação Institucional. Na Uece, o processo foi conduzido pelo Núcleo de Estudo, Pesquisa e Avaliação (Nepa) (FROTA, 1999). Na Uesc, a avaliação foi realizada pela Comissão de Avaliação Institucional (GASPARETTO, 1999).

Outro ponto relacionado aos procedimentos metodológicos desenvolvidos pelas instituições em seus processos avaliatórios diz respeito ao desenvolvimento propriamente dito do processo. Na UnB, o processo de avaliação considerou três frentes: a autoavaliação, a avaliação externa e a pesquisa sobre o mercado de trabalho para os diferentes cursos, que, nesse caso, envolveu a Associação de ex-aluno (TRIGUEIRO, 1995). No caso da Unicamp, também participaram ex-alunos egressos da Graduação que responderam a um questioná-

rio contendo 25 itens (BALZAN, 1994). Os ex-alunos integraram o Programa de Avaliação Institucional da UFSC e foram considerados importantes atores do processo avaliativo (BAZZO; MORETTI, 1997).

Na Unicamp, os momentos de avaliação foram marcados pela “diagnose e auto-avaliação”, pela “avaliação externa” e pela “reavaliação ou meta-avaliação” (DIAS SOBRINHO, 1995). Na UFSC, as etapas do processo de avaliação foram organizadas nos seguintes subprojetos: “Programa de Formação para os Docentes da UFSC, Questionário ao Aluno, Questionário ao Professor, Questionário ao Ex-aluno, Informações da Instituição, Avaliação da Pós-Graduação, Seminários de Curso de Graduação, Seminários de Pós-Graduação” (MORETTI, 1995, p. 63).

Na USF, a primeira etapa da avaliação consistiu em um “[...] diagnóstico abrangente da universidade para detectar aspectos de excelência ou carência de sua estrutura acadêmica, administrativa e comunitária”, seguida pela avaliação centrada no docente, que “[...] utilizou um instrumento composto de sete categorias, cada qual com cinco indicadores” (MARQUES; KEIM, 1995, p. 85).

Na Unicap, o modelo de avaliação de currículo adotado foi o paradigma da avaliação emancipatória elaborado por Ana Maria Saul. O modelo materializa-se em três momentos articulados: 1) expressão e descrição da realidade; 2) crítica do material expresso; e 3) criação coletiva (BIZERRA; CARVALHO; GALINDO, 1995). O foco no currículo também constituiu a avaliação da UFG, que foi realizada pelo emprego de questionários a 20 professores da Faculdade de Educação (LOUREIRO; FALEIRO; ALMEIDA, 1996).

Na UFPE, a metodologia de avaliação considerou aspectos quantitativos a partir de “[...] um conjunto de modelos e indicadores acordado previamente, cujos dados e construtos devem ser disponíveis a todos os avaliadores com frequência adequada”, após esses modelos “[...] devem ser feitas análises qualitativas” (SOUZA, 1995, p. 83). A perspectiva quantitativa também foi destacada no delineamento metodológico da UFRJ, quando o desenvolvimento da Avaliação Organizacional “[...] permitiu realizar avaliações quantitativas da eficiência do complexo organizacional correspondente a UFRJ” (MARINHO, 1996, p. 419).

Na UFRGS, o foco de análise foi a Graduação, considerando que “[...] cada curso interessado em participar, aderiu voluntariamente ao Programa, constituindo seu NAU – Núcleo de Avaliação da Unidade” (LEITE, 1996, p. 33). Essa avaliação desenvolveu-se na avaliação do curso, preparação do Relatório de Avaliação Interna e na Avaliação Externa.

Na UFRJ, o processo da avaliação seguiu o trajeto de: 1) identificação, análise e priorização de preocupações de temas preocupantes; 2) formulação de questões avaliativas; 3) busca de indicadores que expressem o significado do mérito ou da relevância exigido pelas questões avaliativas; 4) coleta de informações pertinentes; 5) análise e sistematização das informações coletadas; 6) interpretação dos resultados como ponto culminante do processo avaliativo; e 7) divulgação da resposta às questões avaliativas (BIELSCHOWSKI, 1996).

Na avaliação da UniSantos, o processo fez-se por meio de Avaliação interna ou autoavaliação, que utilizou questionários e outros dois momentos: o da avaliação externa e o da programação. No caso da avaliação externa, a intenção era que ela fosse realizada “[...] por profissionais e/ou associações profissionais e pares” (MARTINS *et al.*, 1997, p. 68).

Na UnB, outro estudo buscou “[...] identificar as representações sociais dos alunos do curso de Pedagogia da UnB” (BAREICHA *et al.*, 1997, p. 72), a fim de auxiliar a avaliação e a gestão de cursos de Graduação. Para tanto, foram utilizados questionários compostos de cinco perguntas que buscaram saber os motivos que levaram os alunos na escolha: 1) do curso; 2) do período; 3) da UnB; 4) da conclusão do curso; e 5) de querer deixar o curso.

Na UEPG, o processo de avaliação baseou-se em duas variáveis: a quantitativa, que envolveu dados de ordem numérica, como número de alunos, de professores, de pessoal técnico e administrativo, e dados de infraestrutura e de apoio; e a qualitativa, que se baseou nas avaliações do desempenho do ensino por alunos e professores, do desempenho da Universidade por ex-alunos, do desempenho dos serviços administrativos, do desempenho da Universidade por representantes da sociedade, na identificação da realidade socioeducacional dos alunos da Universidade e no levantamento de dados quantitativos do ensino (BOTH, 1997).

Na Udesc, a avaliação abrangeu cinco indicadores: corpo discente; corpo docente; infraestrutura; gestão administrativa; e currículo. O processo iniciou com a Preparação, seguida da Autoavaliação (com sondagem no ambiente externo – SAE e Sondagem no Ambiente Interno – SAI), da Hétero-Avaliação por Pares Externos, Reavaliação e Realimentação/Difusão (HEIZEN *et al.*, 1997).

Na Unijuí, a avaliação foi feita a partir da coleta de dois conjuntos de instrumentos de informações: aqueles que viabilizassem “a coleta de informações em documentos” e “[...] aqueles exigidos pelo trabalho de campo: expectativas dos agentes (alunos, professores, funcionários e demais agentes da prática universitária)” (LOPES; SILVA, 1998, p. 48).

Na Unesp, as fases do processo avaliatório partiram do delineamento do processo de avaliação, da formalização do projeto de avaliação com seus objetivos e princípios, da constituição do Grupo de Trabalho de Avaliação Acadêmica (GTAA), da definição de indicadores de produção acadêmica e da seleção dos indicadores e a sua ponderação (MARINI, 1998).

Na Uece, o processo começou com o contato com professores e estudantes por meio de realizações de sensibilização, sendo posteriormente elaborados quatro modelos de questionário, dois para os professores e dois para os alunos (FROTA, 1999). Já, na Uesc, o processo foi delineado “em um duplo movimento”, que se deu, inicialmente, pela aproximação de “[...] cada ator-sujeito do processo universitário e de cada instância burocrático-acadêmica pelo aprimoramento dos instrumentos das técnicas [...]” e, depois, o “[...] outro movimento consiste no alargamento e no aprofundamento do alcance do processo de autoavaliação [...]” (GASPARETTO, 1999, p. 78).

- **Resistências encontradas no desenvolvimento das avaliações e tentativas de criação de uma cultura de avaliação**

Nesta categoria, alguns estudos apontaram elementos relacionados às resistências que o processo de avaliação sofre e a possibilidade da criação de uma cultura de avaliação. Sobre as resistências, Kipnis (1990, p. 7) destaca “[...] a grande resistência encontrada, no caso pela comunidade docente da UnB, quando um grupo de quatro pesquisadores se apresentava como a ‘comissão de avaliação’ da Universidade” e se questionava “[...] por que os próprios docentes não poderiam realizar a avaliação, ou mesmo alunos ou, ainda, pares da área avaliada”. Na avaliação da UEPG, Both (1997, p. 36) salienta que se observou “[...] certa resistência por parte de alguns segmentos da comunidade universitária com relação à avaliação institucional, mas felizmente estes representaram, na época, uma minoria”, pois “[...] a maior parte dos envolvidos acolhe, [...], com otimismo o processo, encarando-o como uma oportunidade a mais de aperfeiçoamento pessoal e institucional”. Carvalho *et al.* (1999, p. 71) explicam que “[...] a resistência é um fenômeno psicossocial e está presente no início de qualquer situação nova, portanto, também no processo de avaliação”, principalmente porque, segundo os autores, “[...] no meio universitário, o hábito de se avaliar e se avaliado ainda não está instalado”.

Outro ponto abordado diz respeito à criação de uma cultura de avaliação. Dias Sobrinho (1995, p. 52) ressalta que o processo avaliativo com viés formativo, com vistas à melhoria da instituição, “[...] não só chega a uma visão global da instituição [...]”, “[...] mas também se instala como cultura avaliativa introjetada nas práticas da Universidade, podendo intervir qualitativamente nos processos e relações do cotidiano institucional”. Both (1997, p. 36) aponta que poucos são os professores que se autoavaliam, restringindo-se a cultura de avaliação, muitas vezes, à “[...] avaliação do processo ensino aprendizagem, tendo como principal alvo o aluno”. Martins *et al.* (1997, p. 71) consideram que é preciso criar uma “[...] cultura avaliativa como um processo constante de aprimoramento do seu quadro funcional e dos seus serviços prestados”. Gasparetto (1999), por sua vez, assinala que a criação de uma cultura de avaliação é questão de tempo e que, por isso, criar uma cultura implicaria mudanças que se direcionam à melhoria da qualidade.

- **Principais referências que fundamentaram os artigos analisados**

Ao final da análise dos 25 artigos que compõem o foco de estudo apresentado nesta seção, foi possível a identificação das principais referências que fundamentaram os trabalhos no tocante à discussão sobre avaliação institucional da Educação Superior. Com um total de cinco menções nos artigos de Dias Sobrinho (1995), Bizerra, Carvalho e Galindo (1995), Vogt (1996), Both (1997) e Gasparetto (1999) aparece o livro *Avaliação Institucional da Unicamp: processo, discussão e resultados*, de autoria de José Dias Sobrinho, que foi

publicado em 1994, pela editora da Unicamp. Com três referências nos artigos de Martins *et al.* (1997), Frota (1999) e Gasparetto (1999) encontra-se o artigo *Princípios do Programa de Avaliação Institucional*, de autoria de Dilvo Ristoff, que foi publicado na revista *Avaliação*, no ano de 1996.

Nos artigos de Bizerra, Carvalho e Galindo (1995) e Martins *et al.* (1997), é referenciado o livro *Avaliação emancipatória: desafio a teoria e a prática de avaliação e formulação de currículo*, de autoria de Ana Maria Saul, publicado em 1988 pela editora Cortez e Autores Associados. Nos artigos de Frota (1999) e Gasparetto (1999), também foi referenciado duas vezes o artigo *Avaliação institucional: marco teórico e político*, de autoria de José Dias Sobrinho, publicado na revista *Avaliação* em 1996. Nos artigos de Bizerra, Carvalho e Galindo (1995) e Martins *et al.* (1997) aparece o livro *Avaliação da Universidade: por uma proposta de avaliação consequente e compromissada política e cientificamente*, de autoria de Isaura Belloni, publicado em 1989 pela editora Cortez e Autores Associados.

Outros autores como Eunice Durham, com seu texto *A institucionalização da avaliação* (documento de trabalho); Bernardo Kipnis, com *Avaliação institucional: a experiência da Universidade de Brasília* (artigo); Marcos Masseto, com *Avaliação Institucional: definição e posicionamentos* (artigo); Héglio Trindade, com *Avaliação institucional das universidades federais: existência e construção* (artigo); Carlos Bielschowski, com *Avaliação da Universidade Federal do Rio de Janeiro: a metodologia* (artigo); Denise Leite e Oscar Osório, com *Avaliação institucional das universidades: quantificação de impactos e mudanças associadas* (artigo); Antonio Amorim, com *Avaliação institucional da universidade* (livro); e Newton Balzan, com *Avaliação institucional: teoria e experiências* (livro), também tiveram seus textos referenciados nos artigos analisados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão realizada neste artigo sobre as experiências de avaliação institucional empreendidas nas universidades brasileiras na década de 1990 marca um período de significativa produção acadêmica que se constituiu basilar, tanto para o desenvolvimento da produção científica sobre avaliação da Educação Superior quanto para a institucionalização de práticas avaliativas no interior das IES. O estudo revelou que, dentre os 415 artigos mapeados sobre avaliação da Educação Superior, no período de 1990 a 2019, há uma diversidade de temas que foram abordados pelos pesquisadores, sinalizando que, nos 29 anos mapeados, os avanços no campo científico da avaliação da Educação Superior foram significativos – dentre eles estão os 25 destacados neste texto voltados às experiências de avaliação institucional publicados nos anos de 1990.

O primeiro aspecto a ressaltar é **que as 82 produções** foram publicadas em 12 periódicos nacionais. Dessas produções, 58% foram no periódico *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, cujos editores foram os professores José Dias Sobrinho,

Dilvo Ristoff, Denise Leite, Newton César Balzan, pesquisadores precursores de pesquisas em avaliação institucional nas IES, os quais podem ser considerados como pesquisadores de renomada contribuição para a Avaliação da Educação Superior no Brasil.

Quanto à organização administrativa das IES em que as experiências de avaliação institucional foram realizadas e analisadas nos artigos, houve, à época, a presença tanto de IES públicas (federais, estaduais ou municipais) quanto privadas (com fins lucrativos ou sem fins lucrativos), dado que mostra a relevância atribuída à implementação de processos avaliativos pelas IES, independentemente da organização administrativa à qual pertenciam.

Na análise de conteúdo realizada nos 25 artigos publicados na década de 1990, foram consideradas as categorias de análise: concepções de avaliação institucional; procedimentos metodológicos adotados nos processos de avaliação; resistências aos processos avaliativos e tentativa da criação de uma cultura de avaliação; e as principais fontes de referência que fundamentaram os artigos analisados.

Na categoria sobre concepções de avaliação institucional, as perspectivas das produções apontaram para uma compreensão de avaliação que se caracteriza como processo contínuo de julgamento das ações desenvolvidas pelas instituições, que se direciona para a busca da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Consiste em um processo coletivo que requer a confiança, a participação e a legitimidade de todos os que fazem a instituição, do qual se espera finalidades diagnósticas e formativas que alimentem processos de autorreflexão e de autoavaliação.

Na categoria que discute os procedimentos metodológicos adotados pelas instituições na condução de seus processos de avaliação, verificou-se que os processos foram conduzidos por diferentes instâncias das universidades, caso de Laboratórios, Comissões de Avaliação, Centro de Avaliação Institucional, Departamento de Avaliação e Núcleos de Avaliação. Quanto aos procedimentos empregados na coleta de dados, os mais recorrentes foram os questionários e a produção de indicadores provenientes de informações institucionais, com o acréscimo de avaliações externas e meta-avaliação.

Na categoria que pontua as resistências aos processos de avaliação desenvolvidos nas instituições, observou-se que as questões se direcionam principalmente para quem seriam os avaliadores diante dessa nova situação de se avaliar e ser avaliado, considerando o caráter punitivo assumido pela avaliação em alguns momentos. Os artigos analisados destacam, ainda, a necessidade da criação de uma cultura de avaliação que insira a avaliação no cotidiano da instituição, visando o aprimoramento institucional direcionado à melhoria de sua qualidade.

Na categoria final, foram apresentadas as principais referências que fundamentaram os artigos analisados, com destaque para as cinco referências à obra de José Dias Sobrinho que retrata a avaliação institucional realizada na Unicamp, seguida do artigo de Dilvo Ristoff sobre a sua leitura dos princípios do Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras, com três menções nas referências dos artigos. Outros trabalhos foram referencia-

dos duas vezes, caso do livro sobre Avaliação Emancipatória, de Ana Maria Saul, do artigo sobre marco teórico e político da avaliação institucional, de José Dias Sobrinho, e do livro de Isaura Belloni que apresenta uma proposta de avaliação institucional da universidade.

Por fim, cabe registrar que as experiências de avaliação analisadas neste artigo possibilitaram compreender que o desenvolvimento histórico do campo da avaliação institucional no Brasil recebeu importantes contribuições das avaliações realizadas pelas IES no início dos anos de 1990, seja pelas considerações teóricas presentes nas concepções de avaliação anunciadas, seja pelas práticas adotadas com os procedimentos empreendidos nos processos avaliativos ou, ainda, pela inclusão da avaliação na agenda institucional. Alguns dos princípios decorrentes dessas experiências, tais como a ideia de processo, de sensibilização, de participação, de coletividade, de meta-avaliação, entre outros, foram diretamente adotados na construção das políticas de avaliação da Educação Superior, notadamente na proposta do Paiub, sendo mais tarde retomados pelo Sinaes.

REFERÊNCIAS

- AZEVÊDO, Neroaldo Pontes de *et al.* Avaliação institucional da UFPB: construindo o autoconhecimento. **Avaliação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 43-48, dez. 1996.
- BALZAN, Newton César. Pesquisa, avaliação institucional e desenvolvimento da qualidade do ensino superior: relações de reciprocidade. **Pro-Posições**, Campinas, v. 5, n. 2, p. 32-41, jul. 1994.
- BALZAN, Newton César; DIAS SOBRINHO, José. (org.). **Avaliação Institucional: teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 1995.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1995.
- BAREICHA, Paulo Sérgio *et al.* Representação social e avaliação do curso de pedagogia da UnB: os motivos, os valores e os interesses dos alunos. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 3, n. 3-4, p. 69-93, 1997. DOI: <https://doi.org/10.26512/lc.v3i3-4.2639>
- BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. Avaliação da educação superior como política pública. *In*: ROTHEN, José Carlos; BARREYRO, Gladys Beatriz. (org.). **Avaliação da educação: diferentes abordagens críticas**. São Paulo: Xamã, 2011. p. 75-87.
- BAZZO, Vera Lúcia; MORETTI, Mércles Thadeu. Programa de avaliação institucional da Universidade Federal de Santa Catarina: fala o ex-aluno. **Avaliação**, Campinas, v. 2, n. 3, p. 67-75, set. 1997.
- BELLONI, Isaura. Avaliação Institucional: um instrumento de democratização da educação. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 5, n. 9, p. 31-58, jul./dez. 1999. DOI: <https://doi.org/10.26512/lc.v5i9.2752>
- BIELSCHOWSKI, Carlos Eduardo. Avaliação na Universidade Federal do Rio de Janeiro: a metodologia. **Avaliação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 29-32, jul. 1996.
- BIZERRA, Maria da Conceição; CARVALHO, Maria Helena da Costa; GALINDO, Maria Lúcia Cavalcanti. Avaliação do currículo: instrumento de mudança do curso de Pedagogia – a experiência da Universidade Católica de Pernambuco. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 9, p. 393-400, out./dez. 1995.
- BOTH, Ivo José. Avaliação institucional agente de modernização administrativa e da educação. **Avaliação**, Campinas, v. 2, n. 3, p. 33-42, set. 1997.
- CARVALHO, Eduardo Búrigo de *et al.* A avaliação institucional: um processo permanente. **Avaliação**, Campinas, v. 4, n. 4, p. 67-72, dez. 1999.
- DIAS SOBRINHO, José. Avaliação institucional: a experiência da Unicamp – condições, princípios, processo. **Pro-Posições**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 41-54, mar. 1995.
- DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da Educação Superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.

Experiências de avaliação institucional...

- DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação**: Políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.
- DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do Provão ao Sinaes. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772010000100011>
- DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton César. Introdução. In: BALZAN, Newton César; DIAS SOBRINHO, José. (org.). **Avaliação Institucional**: teoria e experiências. São Paulo: Cortez, 1995, p. 7-13.
- FROTA, Horácio. Avaliação da UECE: desafio institucional. **Avaliação**, Campinas, v. 4, n. 4, p. 27-35, dez. 1999.
- GASPARETTO, Agenor. Avaliação institucional: processo doloroso de mudança; a experiência da ESC, Ilhéus, Bahia. **Avaliação**, Campinas, v. 4, n. 3, p. 27-35, set. 1999.
- HEIZEN, Jadna Lúcia Neves *et al.* Avaliação institucional na Udesc: visualizando o fluxograma processual. **Avaliação**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 19-24, mar. 1997.
- KIPNIS, Bernardo. Avaliação institucional: a experiência da Universidade de Brasília. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 1, p. 7-8, 1990. DOI: <https://doi.org/10.18222/eae00119902400>
- LEITE, Denise. A avaliação em prática. **Avaliação**, Campinas, n. 1, v. 1, p. 33-41, jul. 1996.
- LEITE, Denise. **Reformas Universitárias**: Avaliação Institucional Participativa. Petrópolis: Vozes, 2005.
- LOPES, Fernando Dias; SILVA, Ilton Benoni da. Unijuí: uma experiência de avaliação institucional participada. **Avaliação**, Campinas, v. 3, n. 2, p. 45-52, jun. 1998.
- LOUREIRO, Marcos Correia da Silva; FALEIRO, Marlene de Oliveira Lobo; ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de. Subsídios para uma avaliação de currículo: o caso do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Goiás. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 11, p. 183-196, abr./jun. 1996.
- MAGALHÃES, Nara Maria Emanuelli; RODRIGUES, Cláudia Medianeira Cruz. Programas de avaliação externa na educação superior brasileira, repercussões até o SINAES e consequências no contexto UFRGS. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, v. 24, n. 2, p. 475-492, jul. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1414-40772019000200008>
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARINHO, Alexandre. Metodologias para avaliação e ordenação de universidades públicas: o caso da UFRJ e demais instituições Federais de Ensino Superior. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 13, p. 403-424, out./dez. 1996.

MARINI, Thereza. A avaliação institucional da Unesp: um processo de construção coletiva. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – RBEP**, Brasília, v. 79, n. 193, p. 17-34, set./dez. 1998. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.79i193.1016>

MARQUES, Maria Aparecida Barbosa; KEIM, Ernesto Jacob. Avaliação institucional na universidade de São Francisco. **Pro-Posições**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 85-94, mar. 1995.

MARTINS, Maria Angélica Rodrigues *et al.* A avaliação institucional da Universidade Católica de Santos. **Avaliação**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 65-72, mar. 1997.

MORETTI, Mércles Thadeu. Avaliação institucional na Universidade Federal de Santa Catarina. **Pro-Posições**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 55-66, mar. 1995.

PALHARINI, Francisco de Assis. Revista Avaliação: por uma avaliação autônoma e democrática. **Avaliação**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 37-58, mar. 2003.

RISTOFF, Dilvo. Avaliação Institucional: pensando princípios. *In*: BALZAN, Newton César; DIAS SOBRINHO, José. (org.). **Avaliação Institucional: teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 1995, p. 37-51.

RISTOFF, Dilvo I. Avaliação na Universidade Federal de Santa Catarina: uma proposta de metodologia. **Avaliação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 25-28, jul. 1996.

ROTHEN, José Carlos; BARREYRO, Gladys Beatriz. A “RAIES” e a Revista Avaliação: a construção de um marco teórico, político e metodológico. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, v. 16, n. 2, p. 267-290, jul. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772011000200003>

SAUL, Ana Maria. Avaliação da Universidade: buscando uma alternativa democrática. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 1, p. 17-19, 1990. DOI: <https://doi.org/10.18222/eae00119902403>

SOUZA, Fernando Menezes Campello de. Avaliação institucional na Universidade Federal de Pernambuco: o Laboratório de Qualidade e Avaliação de Sistemas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 79-84, mar. 1995.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. Experiência em avaliação institucional da Universidade de Brasília. **Pro-Posições**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 67-78, mar. 1995.

VOGT, Carlos. Autonomia e avaliação institucional: a experiência da Unicamp (1990-1994). **Avaliação**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 39-42, dez. 1996.